

VIDA E MORTE: O MOVIMENTO ESTUDANTIL NA CIDADE DE CAMPINA GRANDE – PB 1964-1968

ERICA LINS RAMOS*

O objetivo deste trabalho, permeia em analisar por intermédio da história oral as representações dos estudantes campinenses sobre a atuação do movimento estudantil na cidade de Campina Grande² – PB entre os anos de 1964 a 1968.

A nossa pesquisa busca subsídios na Nova História Cultural que a partir da década de 1980 abrange novos espaços de pesquisa aproximando-se de campos como a sociologia e a antropologia. Para o seu estudo, os historiados passam a recorrer a novas fontes como os mitos e lendas, objetos materiais, as construções, a história oral, e assim sucessivamente, com fins de vincular a macro-história com a micro-história, esta Nova História Cultural, pretende ir além de uma história serial, documental, para perceber as sensibilidades, nos levando a sentir as emoções não transmitidas a história ao permanecer apenas no campo teórico.

A Nova História Cultural, segundo Barros (2006), se torna mais precisa e evidente nas últimas décadas do século XX, mas que tem seus antecedentes desde o início do século, e visa em não valorizar a cultura apenas de artistas, intelectuais e/ou artesões, porém, todo indivíduo ao existir automaticamente já está produzindo cultura. E para fazermos uma análise de uma determinada cultura, não precisamos nos prender a grandes comunidades, ou país, uma vez que podemos nos dedicar a grupos menores, que pertencem a uma determinada sociedade, mas, que pensam diferentes.

Sendo assim, para Pesavento (2005:99) “(...) a História Cultural pode ser considerada hoje, uma História sem fronteiras, com difusão mundial.” Os autores dessa nova visão não se restringem apenas a intelectuais franceses, mas, cada país, inclusive o Brasil, avançou em seus discursos por intermédio da História Cultural.

Seguindo orientações dessa Nova História Cultural, o estudo em questão peregrina entre os passos da juventude campinense nos anos de 1964 a 1968, visando discutir

*Erica Lins Ramos, mestranda pela Universidade Federal da Paraíba, e-mail: lins.eric@yaho.com.br.

²Campina Grande – PB, esta situada no interior do Nordeste brasileiro. Localizada aproximadamente a 126 quilômetros da capital João Pessoa.

sobre alguns acontecimentos e personagens que participaram ativamente do período em estudo.

Para podermos falar dos movimentos estudantis da cidade de Campina Grande - PB por meio dos estudantes³ que militaram ativamente, nos cabe dizer que eles não militavam isoladamente, mas com o apoio da UNE⁴, que a princípio reivindicam suas próprias causas tais como: melhores instalações nas universidades, desde a moradia para os estudantes nas instituições até a remuneração dos professores. Aos poucos as bandeiras defendidas pelos estudantes, conforme as repressões ocorridas na gestão dos militares direcionam-se para um contexto social, em que os estudantes iram lutar ao lado dos operários, das mulheres, e dos partidos de esquerda dentre outros em busca de conquistarem direitos negados a estes sujeitos pelas redes de poderes (Estado e/ou empresários). Mas, para os estudantes conseguirem uma unificação entre as entidades estudantis, com fins de não permitir o desfalecimento⁵ da UNE, como as entidades que as antecederam, os estudantes organizavam congressos, desde o primeiro instante de sua atuação, procurando reunir a maioria às entidades existentes em cada Estado, fazendo com que todos opinassem sobre suas reivindicações.

Em seu contexto político e social, o Brasil vivenciava fortes conflitos, intensificando-se com a renúncia da presidência de Jânio Quadros. Por outro lado, os militares e outras entidades, ligadas aos setores dominantes da época, tentavam impedir a posse do vice-presidente João Goulart, com a justificativa de verem, através deste, um caminho aberto para a instalação do comunismo no Brasil.

Portanto, diante de tantas mudanças que estavam ocorrendo no Brasil, não tinha como os estudantes colocarem à frente suas reivindicações com relação às questões que

³Queremos deixar claro ao nosso leitor que nem todos os estudantes campinenses eram contra a ditadura militar, mas a nossa pesquisa neste artigo se limita em estudar as representações dos estudantes que resistiram ao golpe civil militar entre os anos de 1964 a 1968 .

⁴Segundo Poerner (1979), em 1937 os estudantes brasileiros passam a contar com uma entidade ideal e “legalmente reconhecida”, a UNE, de caráter amplo, nacional e permanente, surgida em 11 de agosto de 1937, no Rio de Janeiro, com a instalação do 1º Conselho Nacional de Estudantes, na escola de Belas-Artes. A data é considerada também como de fundação da União Nacional dos Estudantes, embora o reconhecimento oficial e formal dessa entidade só viesse a ocorrer em dezembro do ano seguinte, no II Congresso Nacional dos Estudantes. A UNE só exerce suas atividades, legalmente, até 11 de abril de 1964, quando é colocada na ilegalidade pela lei nº 4.464, mais conhecida como a Lei Suplício de Lacerda.

⁵Segundo Martins Filho (1987:16), até a criação da UNE, não podemos falar em movimento estudantil, porque os estudantes formavam apenas entidades de vida efêmeras de “participação circunstancial dos estudantes, mas não ainda de um movimento unificado em torno de alguns objetivos comuns”.

envolviam o interior das instituições de ensino e que comparadas às dificuldades sociais vivenciadas, certamente seus problemas poderiam ocupar uma posição de segundo plano.

É nesse contexto conturbado que os militares encontram meios para, enfim, conquistar um espaço na política brasileira, visto que já vinha sendo cobiçado há tempos atrás. Em abril de 1964, presenciamos, de fato, as Forças Armadas conseguindo chegar ao Poder, ou seja, à presidência da república, há tempos pretendida. Podemos ainda ressaltar que, em um primeiro instante, os militares não encontram fortes resistências contra suas ações, levando em consideração que as únicas registradas fazem menção à juventude e a alguns grupos de operários, porque a elite estava a favor da “revolução” e uma outra grande parte dos civis também.

Segundo Carvalho (2005), o golpe era pressentido por alguns governantes, todavia, ainda pegou várias pessoas de surpresa, inclusive os estudantes, sendo assim parte da população (principalmente as classes sociais de maior poder aquisitivo) brasileira diante dos acontecimentos políticos, optaram por uma posição de “neutralidade” por temer o fracasso dos militares, visto que estes contavam com a ajuda dos Estados Unidos, se fosse necessária uma saída de urgência. Porém, na visão latino-americana, “(...) a transição pode ser vista como passiva, uma vez que, custou sete vidas todas civis, nenhuma em combate”. (GASPARI, 2002:112). Todavia, sabemos que este discurso não condiz com a verdade, porém, ao fazermos um estudo mais detalhado sobre este período tomamos o conhecimento de inúmeras pessoas que morreram seja por uma morte no sentido tradicional, ou no sentido figurado, quando se perde a “vida” social mediante as repressões a que os homens foram submetidos.

Para compreendermos melhor como se deu esta “morte” do corpo e/ou social, partimos em busca das representações de pessoas que vivenciaram estas repressões, mas que não renunciaram os seus propósitos. Todavia, segundo Chartier (1990:17), “As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupos que as forjam (...)”. Por isso, quando buscamos analisar um determinado fato, fazendo uso da história oral, não visamos anular um argumento com uma outra versão e sim questionar ambos em suas particularidades ao contrário da História coletiva, que trabalha com acontecimentos públicos ou que veem à tona à sociedade, obedecendo todo um

recorte cultural, metodológico e temático, a história oral, trabalha com aquilo que se encontra submerso no desejo e na vontade individual.

Partindo deste campo de ação, trabalharemos com relatos representados por meio de entrevistas realizadas com os nossos sujeitos autores. Ao que se refere às entrevistas, valorizaremos mais precisamente as histórias de vida. No qual temos como interesses as trajetórias de vida do próprio militante, passando pelos diversos acontecimentos aos quais estes sujeitos presenciaram, vivenciaram, e/ou que se interaram, fazendo as suas devidas (re)significações⁶ com relação aos movimentos estudantis campinenses em 1968.

As nossas entrevistas foram do tipo semi-estruturadas. A entrevista semi-estruturada é feita a partir de um esquema básico de questionamentos, que permite a flexibilidade dos temas abordados, na medida em que possibilita ao informante se expressar espontaneamente e ao entrevistador questioná-lo, ou solicitar acréscimos, facilitando a ampliação e o aprofundamento das informações e enriquecendo a investigação.

No entanto, adotar como foco metodológico à história oral, é sempre um desafio, para todo e qualquer pesquisador. Entretanto, essa prática nos permite abrir um leque de versões sobre os acontecimentos vividos e experimentados pelos indivíduos. Sendo assim, analisamos os relatos de militantes campinenses que contribuíram, de alguma forma, e/ou tenham, através de suas lembranças, vivenciado momentos propícios a contribuir com esta pesquisa, como: Pedro, Carlos, Mateus e Aline⁷.

Quando perguntamos a Carlos e a Mateus, como se davam as suas relações com a vida pública, embora ambos pertencentes a uma mesma entidade, percebemos representações diferenciadas. Carlos nos responde: “Se você era um militante de esquerda, então você participava das festas na ABB, nos clubes (...), mas a gente freqüentava estes ambientes com uma consciência política (...)”. E Mateus enfatiza:

⁶DELGADO (2006), nos atenta, ao afirmar que ao trabalharmos com a história oral encontraremos múltiplos desafios, e entre estes podemos destacar portanto, o da relação entre as múltiplas temporalidades, visto que, em uma entrevista ou depoimento, fala o sujeito do passado, pela voz do adulto, ou ancião do tempo presente.

⁷Nesta pesquisa exploraremos quatro entrevistas, no qual foram entrevistadas quatro pessoas, que militaram na época em estudo, os quais autorizaram sua identificação por seu nome de registro, conforme assinatura na “Carta de Sessão”. Estes se encontram em poder da pesquisadora. Porém, por uma questão ética e de salvaguardar suas identidades, optamos por identificá-los por pseudônimos à saber: Aline, Carlos, Mateus, e Pedro .

“Não, não. A gente não era muito de festas não, no máximo um barzinho de vez em quando, até porque ninguém tinha dinheiro mesmo.” Em suas falas, observamos opiniões divergentes sobre a temática abordada, embora se tratem de pessoas que incubem o mesmo núcleo. Mas, ao analisarmos melhor, compreendemos que pertencem a lugares sociais distintos, por isto as apreciações não condizem com uma única realidade e nem tão pouco fogem de uma verdade. Verdades estas defendidas pelos membros do partido e que sempre estarão sujeitas a novas interpretações porque como afirma Montenegro (2003:19-20), a história, enquanto representação do real, se recompõe, se reformula, a partir de novas indagações do historiador ou com a descoberta de outras fontes.

Nessa perspectiva, para Pesavento (2005:40), “Representar é, pois fundamentalmente, estar no lugar de, é presentificação de um ausente, é um apresentar de novo, que dá a ver uma ausência. A idéia central é, pois, a da substituição, que recoloca uma ausência e torna sensível uma presença”. A partir de então, entendemos aqui a representação como algo nascido do imaginário das pessoas e que precisa de um foco para proporcionar veracidade ao seu relato, na busca de resgatar uma imagem do passado para o presente. Trabalhamos aqui com uma História advinda do imaginário, mas esta relação só passa a ser aceita com o advento da Nova História Cultural. Esta nova abordagem na História se faz possível porque:

O real é sempre o referente da construção imaginária do mundo, mas não é o seu reflexo ou cópia. O imaginário é composto de um fio terra, que remete às coisas, prosaicas ou não, do cotidiano da vida dos homens, mas comporta também utopias e elaborações mentais que figuram ou pensam sobre coisas que, concretamente, não existem. Há um lado do imaginário que se reporta à vida, mas outro que se remete ao sonho, e ambos os lados são construtores do que chamamos de real. (PESAVENTO, 2005:47)

Logo, mesmo sendo atribuído ao imaginário um conceito de não-real, quando partimos para as representações do imaginário na história, esta consideração sofre uma re-significação, em que o imaginário passa a ocupar uma forma real na representação do mundo, com aquilo que lhe confere sentido ontológico. Para tanto, não procuramos, nas lembranças, uma reprodução do real nem, muito menos, sua cópia porque temos conhecimento de que isto seria impossível. Apenas pretendemos, por intermédio das representações, analisar a atuação do movimento estudantil campinense apreendendo a sua luta e resistência contra o regime militar.

Para analisar a representação sobre o passado, além das fontes escritas e do uso das suas narrativas, devemos salientar que estes discursos estão longe de uma neutralidade. Desse modo, na medida em que os relatos vão surgindo, o nosso narrador seleciona automaticamente aquilo que acredita dever expor ou não, tentando sempre demonstrar em seus discursos um fato de dimensão maior, com fins de prestar veracidade a seus argumentos.

Uma outra intervenção sofrida pelo nosso narrador está relacionada ao momento vivenciado. Quando Carlos analisa sua participação de resistência durante o regime autoritário ele nos deixa claro esta influência do presente. “(...) Hoje eu me pergunto, naquela época eu tava com um fosforozinho aceso e me pergunto por que essa questão esta punição aquela coisa toda que eu passei se eu tava com um fosforozinho aceso, mas na época era como se fosse uma tocha da Petrobrás (...)”.

Percebemos então, claramente, na fala de Carlos, ao enfatizar a sua participação no passado, a mediação com o presente, porque só hoje ele percebe sua importância enquanto militante. Se o tivéssemos entrevistado naquela época, possivelmente ele classificaria a sua participação como irrisória, mas, hoje, sofrendo a influência do novo contexto social e, ao mesmo tempo, interpretando sua militância, ele a vê como uma grande “tocha” acesa contra a repressão dos militares. Por isso, dizemos que o narrador nunca narra sem interpretar, (GATTAZ, 2001:30-34). Assim, os acontecimentos pertencentes à nossa memória, quando abordados separadamente, estão sujeitos às nossas próprias interpretações. Para Ecléa Bosi (2003:20), a fonte oral, por si só, faz com que o narrador interprete os fatos.

Além de a narrativa estar dotada de subjetividade, nem sempre está pronta para ser narrada por seu sujeito. Isto ocorre devido ao fato de as lembranças nem sempre serem positivas (GATTAZ, 2000:35-36) e, ao despertá-las, trazem à tona sentimentos não prontos para serem “revividos”, como foi o caso de Marta⁸, com quem mantivemos contato, mas, conforme seus argumentos, não se encontrava preparada psicologicamente para relatar sobre sua militância e por razões sentimentais preferiu não falar sobre o assunto.

⁸Diante da recusa em se expor, a militante não pode ser identificada, uma vez que, não obtivemos dela nenhuma abertura para o estudo em questão.

Por outro lado, encontramos pessoas que vêm no relato oral uma forma de expressar a sua importância no contexto social, como a professora Aline:

(...) mas veja só era uma coisa tão bonita, quando eu imagino assim, eu participei, pensar é em conseguir mudar, colaborar com a mudança do meu país, isso era muito forte na cabeça da gente, era muito forte... hoje eu penso assim, será que eu contribuí com alguma coisa? Mas graças a Deus eu digo contribui (...).

Aline demonstra, em suas palavras, uma forte satisfação em ter contribuído para o término do regime militar. Ela traz para a história um sentimento que não perceberíamos focando apenas textos teóricos. Para Pesavento (2005:56), “Às sensibilidades compete essa espécie de assalto ao mundo cognitivo, pois lidam com as sensações, como o emocional, e a subjetividade”. Os discursos podem ser reais ou imaginários, mas procuramos apreender na oralidade emoções do pertencimento à história. E estes sentimentos são reais, pois surgem da interioridade de cada indivíduo. Mesmo que o relato exposto seja imaginário, não o é por completo, pois o narrador precisa de algo concreto na história para convencer o ouvinte da veracidade da sua fala e não apenas criando situações inexistentes. Por isso, não podemos dizer que a história oral não é verídica como um todo. O fato de ela tratar de memórias livres não quer dizer que é imaginária por completo, mas é sempre uma re-leitura do passado a partir das ingerências do presente. Em Bosi (2003:31), podemos dizer que ela a memória absorve do real e do imaginário, trazendo para os fatos razões e sentimentos.

Estes militantes abdicavam de suas vidas privadas para viverem na clandestinidade, sem nome e endereço certos. Alguns perdiam até o vínculo com seus familiares para protegê-los. Na verdade, esses militantes acreditavam em uma revolução, aliás, ainda acreditam na revolução que consiste em acabar com o capitalismo, como enfoca Aline: “(...) a gente sonhava em acabar com esse miserável capitalismo, aliás eu ainda sonho que esse miserável vai se acabar. Todos os outros se acabaram por que ele não vai se acabar?, ele tá morrendo aos poucos, o povo diz que ele tá mais forte, mais ele tá é morrendo cada vez mais (...)”.

Suas palavras são fortes e determinadas, expressões de quem vivenciou algo, lutou para modificar uma realidade por mais incerta que fosse a sua vontade. Fazendo uso de sua fala, prestamos corpo à luta estudantil campinense como real contra um regime de

opressão, e não apenas visando a atender os objetivos dos estudantes, seguindo assim uma ideologia voltada à liberdade oprimida pelos militares.

Segundo os nossos entrevistados, Campina Grande - PB, em 1964, vivenciava como as demais regiões, uma “ebulição” política que tinha suas raízes no governo de Vargas, na campanha, pelo “Petróleo é nosso”. Na visão de Pedro.

Campina Grande sempre teve alguém que foi Senador da República, coisa que na maioria das cidades do interior do Brasil não tem. Campina sempre teve alguém importante ligado à política. Então ela em 64 também vivenciava essa efervescência política que o Brasil como um todo vivenciava. E como teve essa efervescência política na cidade, a igreja, a igreja católica, ela teve cuidado de ter o que ela tinha nas grandes cidades, de ter um local onde a juventude pudesse, dá a melhor razão de seu conhecimento sua vontade política sem desviar para esquerda (...).

Compreendemos então que Campina Grande – PB, não estava alheia aos fatos ocorridos no Brasil, devido a sua formação intelectual que começava a se destacar com a perda dos momentos de glória do “ouro branco”⁹. Esta influência também era trazida por estudantes de outras regiões, que vinham estudar na cidade que, embora interiorana, é de intenso desenvolvimento acadêmico, devido às faculdades existentes em seu território.

Com relação à vida privada dentro de casa, variava conforme fosse o olhar dos responsáveis. Pedro, expõe que “(...) a gente tinha pais de militantes que, oferecia a casa dele, inclusive a biblioteca dele, para reuniões (...)”. Aline, pode ser vista como um exemplo, visto que, em sua entrevista, enfoca o apoio do seu pai, que também já havia militado na Segunda Guerra Mundial, e de sua mãe, sempre lutando pelos menos favorecidos e, por fim, do seu parceiro, apoio fundamental porque ele sempre sabia mais sobre os acontecimentos ocorridos dentro da militância do que, de certa forma, seus pais, que nem sempre tomaram conhecimento do que ocorria no interior da militância.

Mas nem todos tinham esta liberdade de expressão dentro de casa, até mesmo por proteção, como nos responde Mateus, quando perguntamos sobre a sua relação enquanto militante dentro da sua residência ele responde: “Eu vivia mais fora de casa do que dentro de casa, meus pais sabiam sim, se preocupavam mas ficaram é..., quando eu

⁹Ver melhores informações sobre o momento de glória do “ouro branco” na cidade de Campina Grande – PB em ARAÚJO, 1985.

fui para a União Soviética, eles só ficaram sabendo quando eu já estava lá, porque eles não podiam saber antes que eu ia, tudo era segredo”.

Observamos então um desfacelamento da vida privada, em que as pessoas visadas precisavam “morrer” para evitar uma prisão sem garantia de sobrevivência, e “nascer” em outros lugares, em que pudessem ter sua vida protegida por seus pares.

Fugir para não ser preso era uma das tantas estratégias utilizadas para continuar a resistência estudantil. Quando alguém do grupo era aprisionado, segundo Aline, este deveria agüentar as torturas por, no mínimo, setenta e duas horas, para os demais sentirem sua falta e poderem fugir. Uma outra estratégia das mulheres era se fingir de prostitutas. Quanto às pichações geralmente eram feitas à noite e sempre ficava alguém na vigília. Era comum a todos o uso de pseudônimos nos movimentos clandestinos, havendo ao mesmo tempo uma proximidade entre os militantes e distanciamento em relação à vida privada. Convivam juntos, sem saber ao certo a identidade do outro e, ainda, era sempre bom manter em segredo a residência, principalmente daqueles mais ativos. Eles se apresentavam sempre à sociedade como cidadãos comuns.

Assim, a partir destas considerações podemos observar que os sujeitos militantes estavam o tempo todo navegando entre identidades¹⁰ as quais eles mesmos criavam sobre se e as abandonavam quando se sentiam ameaçados pela política opressora dos militares, reinventando novas identidades.

Em Campina Grande – PB, até os dados atuais de nossa pesquisa, ainda não encontramos nem um fato que provocasse a manifestação de toda a nação, mas os estudantes campinenses, na visão de Pedro, Aline e Mateus, sempre estiveram ligados aos procedimentos da UNE. Nessa perspectiva, Aline enfatiza: “(...) nós não éramos isoladas não, nós estávamos ligadas diretamente a movimentos estudantis de ordem nacional, a gente tinha ligação direta com a UNE, a gente é..., se ligou aqui a João Pessoa (...), a gente era articulado, vivia com tudo”.

Desta forma, fazia parte das lutas estudantis campinenses ir de contra ao acordo MEC/USAID, visto como a entrada do imperialismo através da educação brasileira, cujos fins eram acabar com o ensino público e gratuito, pela não retirada de disciplinas pensantes como filosofia e sociologia. No caso particular do curso de Serviço Social,

¹⁰Stuart Hall (2006), nos convida a refletir sobre o constante deslocamento de identidades do sujeito moderno, em que pode variar conforme o lugar habitado pelo sujeito que pratica a ação e/ou que é observado por suas ações.

lutava-se por um engajamento nas demais faculdades e, posteriormente, pela ruptura deste engajamento por não suprir as necessidades do curso. Protestava-se diretamente contra a sociedade capitalista e pelo retorno da democracia.

Ao analisar a relação dos militares com os ativistas, percebemos que variava, conforme o olhar de quem a define. Quando perguntamos a Carlos, sobre a atuação policial ele responde da seguinte maneira:

Aí entra a questão da segurança, e eu me lembro que houve a morte de um padre ali por Mato Grosso, parece até que o nome dele era Jazias, e o policial que foi preso ele falou 'não matei um padre não, eu matei um comunista' então veja só..., então eu tenho certeza que para o aparelho ideológico dentro da polícia os comunistas eram uns 'monstros'. Então quando a polícia vinha para cima da turma ela vinha com tudo mesmo, porque ela não via um homem, ela via um comunista, então era uma 'chaga' na sociedade, então era preciso bater com mais força. Porque eles vinham muito fortes nas questões das idéias, eram as idéias..., o pobrezinho lá do militar tava batendo, tava com ódio, mas ele não compreendia.

Em contraposição, Mateus nos indaga:

Bom, a partir de 64, ela se intensificou muito, e principalmente sobre o estudante né, eu me lembro que certa vez a gente tava fazendo um comício na praça da Bandeira né, e a polícia chegou e a gente correu, e nessa época, tinha uma cerca de arame assim, para o pessoal não pisar na grama e eu correndo pisei e cai, lembro que aí quando olhei para cima tinha um soldado com um cassetete, e ele olhou assim e disse 'vai levanta corre, corre', e eu sai..., bom, eu percebi que ele teve pena de mim, porque apesar de ta cumprindo ordens, eles também são humanos, e também tem problemas como a gente.

Carlos, e Mateus fazem análises distintas sobre a atuação dos militares aqui em Campina Grande - PB. Para o primeiro, os militares, assim como os classificou Aline, eram uns “ignorantes”, não sabiam o que estava acontecendo com a sociedade brasileira, tratavam os comunistas que pretendiam libertar o povo brasileiro como uma “chaga” corroendo a população, não obstante, para o segundo, os repressores tinham consciência sim do que estavam fazendo, mas tinham de seguir ordens. Esta consciência está presente no momento em que o soldado manda Mateus. se levantar e ir embora. Neste gesto ele demonstrou o seu lado humano e, de certa forma, conivente com os manifestantes, mesmo indiretamente.

Um outro acontecimento a deixar sua marca na militância em Campina Grande - PB foi o Congresso de Ibiúna, no qual Aline relata “Ah, ah Ibiúna, foi uma loucura, inclusive foi gente daqui de Serviço Social. Uma colega nossa, foi presa lá...”

Na análise de Pedro

(...) os estudantes secundaristas apoiaram todas as movimentações que houve dos estudantes universitários. Aqui em Campina Grande mesmo teve um acampamento que foi feito ali do lado da, Catedral, que hoje é até um estacionamento, então naquele pátio ali foi feito um acampamento, os estudantes secundaristas, participaram deste acampamento, só que este acampamento era de estudantes universitários, exatamente em função de que? Das pessoas que foram presas. Aqui em Campina, várias pessoas foram presas no Congresso de Ibiúna e pessoas que não tinham militância partidária, mas, tinham militância no movimento estudantil, no caso universitário. Então os secundaristas neste caso entraram como apoio, da mesma forma que os universitários no movimento de Edson, eles também participaram em menor escala, mas participaram também como apoio.

Compreendemos assim o envolvimento de Campina Grande - PB nas questões de nível nacional. A luta contra a repressão era da maioria dos estudantes, independente dos grupos a serem atingidos, esta rejeição ao regime político dos militares, poderia exercer-se com maior ou menor participação por alguns grupos de estudantes, mas a maioria deles levantaram as suas bandeiras de solidariedade, indo às ruas, participando dos protestos e, muitas vezes, doando sua liberdade, quando não suas próprias vidas.

Vale salientar que, como enfatiza Pedro, a maioria das instituições de ensino secundarista, levantaram seus estandartes a favor dos estudantes, mas, com relação às universidades, Mateus, informa uma outra realidade: “A gente percebia mesmo que tinha gente nos vigiando, tanto na Universidade Estadual¹¹, quanto na Federal, a gente percebia mesmo que tinha informantes da polícia inclusive muitos professores”. Para tanto, Aline, se refere à Faculdade de Serviço Social: “(...) olhe, aqui a diretora era freira, mas a coisa mais interessante você sabe que ela parava a aula, autorizava interromper a aula para fazer assembléia para essa liderança que vinha de fora...” Podemos compreender, desta forma, que as instituições de ensino começavam a aderir às causas estudantis e não apenas estas, mas também outras entidades como a igreja e o comércio, mas também haviam aquelas que não aderiam as causas estudantis.

Em Campina Grande - PB, uma outra questão a ter destaque era a participação das mulheres nas militâncias, como evidencia Pedro, “(...) quanto ao tratamento do ponto de vista da direção, às vezes você recebia uma pessoa que era da direção e era uma mulher e você via, e você tratava como igual, não existia, mas aquele preconceito era uma

¹¹Mateus, faz referencia a antiga Universidade Regional do Nordeste, hoje Universidade Estadual da Paraíba.

reunião normal, dirigida por uma mulher”. Sendo assim, a década de 1960 não trouxe apenas lembranças ruins, mas também a ascensão da mulher, que lutava por seus sonhos tanto quanto os homens e, se sua presença era menor nas ruas, segundo Pedro, isto não ocorria por medo de enfrentar a polícia, mas por ainda ser repreendida por seus familiares.

Mas foi em 1968 que o Brasil e Campina Grande - PB, sofrendo a influência de todo o aparato repressor, começou realmente a degustar da verdadeira face do regime militar com a institucionalização do Ato Institucional nº 5. Nesse sentido, Pedro enfatiza que, até então, Campina Grande - PB sofria as repressões dos regimes, mas ainda militava clandestinamente e alguns centros, como o Estudantal, não tinham sido fechado. Entretanto, a partir desse momento, a realidade do Brasil se modifica drasticamente, haja vista as pessoas serem proibidas até mesmo de se encontrar em grupos com mais de três pessoas, após às 22h00min, a partir desse horário, tinham de justificar a sua presença nas ruas, pois as reuniões deveriam ser apenas familiares, em residências. Nada de manifestações públicas. Hoje, Aline assegura que a oposição só veio a conhecer de fato a verdadeira expressão do regime autoritário após 1968, com o governo de Médici.

Portando, podemos observar que ser um militante em Campina Grande - PB, mesmo a cidade se encontrando afastada do Distrito Federal e não sendo capital de um estado brasileiro, também colocava os militantes entre a vida e a morte. Estes militantes protestaram, contra os acontecimentos que ocorriam no contexto social como um todo, buscando engajamentos com a principal entidade, correspondente a UNE, procurando, sempre que possível, se deslocar aos locais das reuniões e congressos, como o de Ibiúna, que teve vários estudantes campinenses presos.

Por uma outra razão, os olhares são divergentes para cada acontecimento, uma vez que, como sugere Carlos, as divergências existiam inclusive dentro das entidades ou partidos. Diante dessa perspectiva ele afirma: “Onde encontrar duas pessoas, são duas cabeças, porque são dois olhares diferentes, são duas realidades (...)” Mas, mesmo havendo uma divisão entre os núcleos, os objetivos são sempre semelhantes. Pedro, expõe que se a causa envolvia mais os estudantes secundaristas, os universitários estavam lá para ceder-lhes seu apoio ou vice-versa. E quando as questões eram referentes às reivindicações da nação, estavam todos unidos em uma única voz.

A política tomava conta dos estudantes campinenses, estando presente em todos os momentos do cotidiano dos militantes, inclusive nos momentos de lazer. Para Pedro, se eles estavam em uma festa, dependendo do ambiente, as pessoas sequer dançavam, apenas discutiam política. Estes estudantes eram dotados de uma carga intelectual até hoje admirável. Aline enfatiza que “Quem participava de movimentos estudantis, eram sempre os melhores alunos de qualquer curso que fosse, a liderança sempre era os melhores alunos (...)”, isto ocorria porque, para fazer oposição, é necessário que se conheça o outro e, como nem todas as pessoas podiam conhecer os países que influenciavam as suas lutas, tinham que, pelo menos, conhecer sua história, tendo contato com suas teorias.

Percebemos alguns traços comuns nos nossos militantes, isto porque, além de terem uma consciência política, eles eram influenciados por leituras, que tinham como fins acabar principalmente com a ditadura militar. Enquanto aqueles que se encontravam no Poder também lutavam por uma ideologia que correspondia, em a acabar com os sistemas de idéias daqueles acusados de subversivos. Mateus ainda observa que: “Campina tinha um núcleo ativo muito grande de intelectuais, estudantes e de partidos também, para mim a organização mais forte era mesmo a dos estudantes”. E, Aline completa “(...) no primeiro princípio de 64, houve uma desmobilização, mas depois se reorganizando não com tanta força, mas quem surgiu com mais força foram os estudantes”.

Não estamos negando a importância de tantas outras entidades existentes como as camponesas, as operárias e até mesmo as partidárias, mas, podemos perceber os estudantes como um dos principais núcleos de efervescência e influência as demais entidades, fato este, que levou os militares a perseguir-los com tanta violência desde o início dos seus primeiros atos, com invasões nos estabelecimentos de ensino, instituindo-lhes uma vigília constante, além de decretar o fechamento de suas entidades. Peregrinar sobre estas memórias nos faz sentir e levar a sentir emoções, ao mesmo tempo em que percebemos a importância destas memórias para aqueles que nos narraram suas experiências vividas e as guardam em suas memórias na certeza de terem feito algo de importante em nome do seu país, ou seja, lutaram para defender o que julgavam ser melhor para o Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, Martha Lúcia Ribeiro. *Campina Grande: Poder Local e Mudança Nacional (1945-1964)*. 1985. 212p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal da Paraíba – PB.
- BARROS, José D’Assunção. História cultural e História das idéias – diálogos historiográficos. In. _____ *História Cultural: Várias interpretações*. GEBRAN, Philomena (org.) Goiana: E. V., 2006 p. 131-154.
- BOSI, Ecléa. A Substância Social da Memória. In: _____. *O Tempo Vivo da Memória: Ensaios de Psicologia Social*. São Paulo: Ateliê, 2003, p. 13-67.
- CARVALHO, José Murilo. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: Entre Práticas e Representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *História Oral: Memória, tempo, identidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- GASPARI, Elio. *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Companhia das letras, 2002.
- GATTAZ, André C. *História Oral: Revista da Associação Brasileira de História*. São Paulo: Associação Brasileira de História Oral, v. 4, n° 4, p. 192, 2001.
- HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- Jornal Diário da Borborema, Campina Grande, abril de 1964 a dezembro de 1968.
- MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento Estudantil e Ditadura Militar: 1964-1968*. Campinas, SP: Papyrus, 1987.
- MONTENEGRO, Antonio Torres. *História Oral e Memória: A Cultura Popular Revisitada*. 5. ed.; São Paulo: Contexto, 2003.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. 2. ed.; Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 39-62.
- POERNER, Arthur José. *O Poder Jovem: História da Participação Política dos Estudantes Brasileiros*. 2. ed.; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

RELAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

Aline concedida em 15/10/2007, João Pessoa-PB. Nasceu em 16/08/1945.

Carlos concedida em 27/10/2007, Campina Grande-PB. Nasceu em 17/12/1936.

Mateus, concedida em 19/10/2007, Campina Grande-PB. Nasceu em 04/09/1939.

Pedro, concedida em 22/10/2007, Campina Grande-PB. Nasceu em 17/10/1948.